



Análise de Conjuntura

Fevereiro não teve carnaval, mas o governo aproveitou o menor mês do ano para atacar fortemente a classe trabalhadora.

A proposta do Ministro da Justiça para combater a violência é uma punição brutal ao povo pobre, preto, favelado e às mulheres. A Reforma da Previdência acaba definitivamente com a aposentaria como elemento de solidariedade entre a classe, onde quem ganha mais paga mais e uns ajudam os outros. Agora é a capitalização: cada um investe em si mesmo.

Como e com que vão investir no seu futuro a maioria de um povo que não tem nem o que comer nem onde morar no presente?

Nossa Plenária Nacional que ocorrerá no próximo final de semana, junto da Reunião Ampliada do Fonasefe, serão espaços importantes para discutirmos esses ataques e nos prepararmos para a resistência.

Se de um lado o governo vem agindo com seu saco de maldades contra o povo brasileiro, do outro estamos preparando formas de resistências aos ataques que virão.

Nos dias 19 e 20 de fevereiro a classe trabalhadora fará atividades muito importantes para mostrar sua disposição de luta.

Dia 19, em São Paulo-SP, às 19 horas, na sede da Apeesp, teremos o lançamento do Fórum Nacional Sindical, Popular e da Juventude de Luta por Direitos e Liberdades Democráticas – que se propõe a ser um impulsionador



da Frente Única e aglutinar aqueles que acreditam na necessidade de construir uma alternativa classista para crise que enfrentamos.

Dia 20, em São Paulo-SP, às 10 horas, na Praça da Sé, teremos a Assembleia Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras contra a Reforma da Previdência.

É importante que atividades como estas se reproduzam nos estados. Precisamos dialogar com a classe trabalhadora e o povo pobre do país para preparar nossa resistência.

O ano de 2019 está apenas começando. Nem mesmo o carnaval chegou e muitas lutas já se mostram necessárias. Vamos resistir!

Projeto Anticrime de Moro: ataque aos direitos fundamentais

No início da semana, o ministro da Justiça, Sérgio Moro, apresentou a governadores um “Projeto de Lei Anticrime”, que propõe profundas mudanças na legislação penal e processual penal. Na última quarta-feira (06/02), o ministro apresentou o projeto aos deputados federais da Frente Parlamentar de Segurança Pública e em breve o governo federal deve apresentar o texto ao Congresso Nacional.

A proposta, que segundo o governo visa reduzir a criminalidade – seja ela comum ou de colarinho branco –, na verdade esconde ataques aos direitos e garantias individuais, e foi recebida com indignação por diversos especialistas em segurança pública e movimentos sociais.

Entre as mudanças mais substanciais estão:



1. a oficialização da possibilidade de prisão após a condenação em segunda instância para os crimes comuns; prisão após a condenação pelo Tribunal do Júri, independentemente da interposição de recursos.
2. a redução de pena ou não aplicação dela nos casos em que o excesso doloso decorrer de “escusável medo”, “surpresa” ou “violenta emoção”.
3. ampliação da legítima defesa para agentes policiais.
4. aumento do tempo de cumprimento de penas no regime fechado.
5. proibição de “saidinhas” para os presos provisórios e/ou condenados pelo crime de terrorismo.
6. mudanças no conceito de organização criminosa e impossibilidade de progressão de regime para seus membros, que deverão cumprir a pena em estabelecimentos de segurança máxima; possibilidade de aplicação de pena máxima (30 anos) se do crime de resistência resultar morte do agente policial.
7. introdução do “plea bargaining”, instrumento estadunidense de solução negociada baseada na confissão para aplicação de penas menores (diferente do sistema de presunção de inocência com o qual opera o ordenamento jurídico brasileiro).
8. impossibilidade de aplicação da liberdade provisória para “criminosos habituais”.
9. submissão dos condenados por todos os crimes dolosos à identificação do perfil genético, e não mais apenas para aqueles que cometeram crimes violentos.
10. introdução da figura do “informante do bem”.

Desse modo, ainda no seu segundo mês, o governo Bolsonaro busca oficializar seu projeto para a segurança pública. Ao excluir a possibilidade de punição dos policiais que praticarem homicídios, mas aumentar ao máximo constitucionalmente permitido o tempo de prisão para pessoas que assassinarem agentes de segurança pública, legaliza o genocídio da população negra do país e reforça a ideia de que “bandido bom é bandido morto”. Por outro lado, ao flexibilizar o conceito de organização criminosa, endurecer o regime de cumprimento de pena para os condenados pelo crime de terrorismo e prever a submissão de todos os condenados à identificação do perfil genético para formação de um banco de dados, legitima a perseguição aos ativistas e movimentos sociais.

Além disso, as mudanças propostas em nada visam diminuir a população carcerária do país, que já atingiu a marca de 700 mil presos e é a terceira maior do mundo, mas abre espaço para a definitiva privatização das penitenciárias brasileiras. Com a instituição automática do regime inicial fechado do cumprimento de pena para alguns crimes e a prisão após a condenação em segunda instância ou até mesmo em primeira, no caso do Tribunal do Júri, tende a aumentar substancialmente o número de pessoas encarceradas.

Do mesmo modo, há tentativa de diminuir o número de presos provisórios no país (que quase atinge a marca dos 40%) com a instituição do “plea bargaining”, ferindo diretamente o princípio da presunção de inocência sem melhorar a efetividade do Judiciário. O melhor exemplo para demonstrar a ineficiência desse regime são os Estados Unidos, que apesar de aplicar o instituto há anos, conta com a maior população carcerária do mundo.

De fato, precisamos de uma eficaz política de segurança pública que ajude a reduzir os números da violência que atinge cotidianamente a maioria da população, especialmente os mais oprimidos – negros, mulhe-

res, jovens e trabalhadores mais pobres. O projeto de Moro, porém, vai no sentido contrário: ao invés de adotar um plano de combate à criminalidade cujo eixo seja a preservação da vida, o ex-chefe da Lava Jato escolhe o caminho do reforço da estrutura punitivista e repressora, cujo resultado será certamente o aumento da violência contra os mais pobres e oprimidos.

Em síntese, o “projeto anticrime” de Sérgio Moro, mascarado por um grande populismo penal, esconde mudanças profundas no sistema de garantias individuais e nos direitos fundamentais, reforçando a política bolsonarista de recrudescimento do sistema penal – especialmente para os negros e negras, para a classe trabalhadora e para os movimentos sociais.

A resistência democrática e social precisará enfrentar, sem vacilação, o projeto dirigido por Sérgio Moro, sob pena de assistirmos novo salto na escalada repressiva e autoritária no país.

**Matéria publicada no portal Esquerda Online*



Brasil teve atos em solidariedade ao povo venezuelano

A grave crise na Venezuela coloca na ordem do dia a mais ampla unidade em defesa da soberania e autodeterminação do povo venezuelano. A luta contra o golpe arquitetado desde o governo dos EUA com a autoproclamação de Guaidó, relembram os tristes dias das agressões imperialistas dos governos dos EUA nas nações latinoamericanas.

Independentemente da opinião que se tenha sobre o governo de Nicolas Maduro, é hora de cerrar fileiras com nossos irmãos venezuelanos.

Na última sexta-feira (08/02), em São Paulo-SP, o Comitê Brasileiro pela paz na Venezuela e contra as agressões imperialistas realizou atos contra o golpe de Guaidó/

Trump, em frente aos consulados da Venezuela no Brasil e na embaixada em Brasília-DF. No Rio de Janeiro-RJ, o ato foi realizado na quinta (07/02).

A reunião que organizou os atos, em 05/02, foi muito representativa, contando com a presença de mais de 40 entidades e partidos políticos (PT, PSOL, PCdoB, PCB e PCO), centrais sindicais (CUT, CTB e Inter-sindical), movimentos sociais (MST, CM, MAB, MMM), entre outros. Também estiveram presentes a UNE e vários coletivos da juventude.

O Brasil não pode participar deste golpe!

Que o povo venezuelano decida seu futuro!

Fora a intervenção imperialista de Trump!

**Matéria publicada no portal Esquerda Online*



**ATO EM
SOLIDARIEDADE À VENEZUELA**

08.02 ÀS 14H
NO CONSULADO DA VENEZUELA
R. GEN. FONSECA TÉLES, 564 - JARDIM PAULISTA
SÃO PAULO

FRENTE BRASIL POPULAR

COMITÊ BRASILEIRO PELA PAZ NA VENEZUELA

Ato público em defesa de Jean Wyllys foi realizado no Rio de Janeiro-RJ

Na última quinta-feira (07/02) foi realizado na Fundação Progresso, no Rio de Janeiro-RJ, um ato público em defesa do ex-deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), que renunciou ao mandato e se exilou do país devido às ameaças de morte que vinha recebendo.

A renúncia de Jean não aconteceu por acaso. O Brasil é o país em que mais morrem LGBTs por crimes de ódio no mundo; que persegue negras e negros; e onde o feminicídio de mulheres cis e trans bate recordes. Seguimos sem justiça para Marielle Franco.

A decisão de Jean, em defesa de sua vida, é compreensível e tem nossa ampla solidariedade. É sinal de que a democracia no Brasil está em risco e que a violência ganhou contornos

absolutamente inadmissíveis.

Estamos ao lado de Jean Wyllys e o queremos vivo. É fundamental a ampla solidariedade a todos os que resistem e defendem a democracia e os direitos humanos.

**Texto publicado na fanpage do PSOL-RJ*



Expediente

Esta é uma publicação do SINASEFE. É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo, desde que citada a fonte.

Textos escritos por David Lobão (coordenador geral)

Diretores de Comunicação: Lucrécia Iacovino e Michel Torres

Edição e revisão: Mário Júnior (MTE-AL 1374)

Design Gráfico: Flávia Destri Garcia

Contatos: dn@sinasefe.org.br e imprensa@sinasefe.org.br

Acesse nosso site: www.sinasefe.org.br



Filiado à

